

OS 200 ANOS DA EMANCIPAÇÃO DAS ALAGOAS: outro olhar histórico

Álvaro Queiroz
Instituto Federal de Alagoas
alvaro.queiroz62@gmail.com

RESUMO

No momento em que o Estado comemora o bicentenário de sua Emancipação Política, a proposta deste artigo é lançar um olhar retrospectivo diferenciado sobre o seu pretérito, a fim de tentar descobrir se, de fato, a emancipação representou alguma mudança ou melhoria na vida corriqueira da gente simples das Alagoas. Noutros termos, este trabalho de pesquisa quer investigar se o povo trabalhador alagoano experimentou alguma modificação efetiva no seu "*modus vivendi*", isto é, se houve, realmente, uma emancipação social, além da política.

Palavras chaves: emancipação, povo trabalhador, empobrecidos.

ABSTRACT

At the moment when the State celebrates the bicentenary of its Political Emancipation, the proposal of this article is to throw a retrospective look at its past, in order to try to find out if, in fact, emancipation represented any change or improvement in the simple people from Alagoas. In other words, this research seeks to investigate whether the Alagoan working people experienced any effective modification in their "*modus vivendi*", that is, if there was really a social emancipation, besides politics.

Key words: emancipation, working people, impoverished.

1. INTRODUÇÃO

Um povo, seja onde for ou quando for, é definido por sua história. É ela que determina o *êthos* ou caráter de um povo, daí a sua importância fundamental e a sua natureza imprescindível. Não se pode prescindir da história, pois é ela que garante a identidade de um povo, de uma nação. Por isso, o desconhecimento da memória histórica implica diretamente na perda daquilo que caracteriza mais propriamente uma determinada sociedade humana, sua maneira própria de pensar e viver, seus hábitos e costumes, suas tradições e crenças, enfim, sua cultura, isto é, seu *êthos*, seu caráter, seu *modus vivendi*.

Le Goff (2007, p. 9-11) assevera que

Todo livro de história, mesmo se tratando de um período muito distante no passado, tem relação com o presente. Pois hoje vem de ontem, e amanhã sai do

passado. Um passado que não deve paralisar o presente, mas ajudá-lo a ser diferente na fidelidade e novo no progresso.

Assim, este trabalho sobre a história das Alagoas tem uma relação direta com o que se vivencia no presente, porque, conforme o pensamento do historiador francês acima citado, aquilo que se vive agora é consequência do pretérito, seja ele próximo ou remoto.

Woolf (2014, p. 25), por sua vez, admite que

A história existe hoje porque os entes humanos têm a capacidade biológica e neurológica de lembrar coisas e de estabelecer relações de uma natureza causal ou simbólica em torno dessas coisas que foram lembradas. Ela existe também porque somos criaturas sociais cuja sobrevivência tem sido mais ou menos dependente de conexões com outros membros de nossa espécie.

Pode-se dizer, então, que um povo sem história é um povo anônimo; é semelhante ao indivíduo sem memória, que perdeu as lembranças da sua vida e com elas perdeu também a sua personalidade, a sua identidade pessoal: é um despersonalizado.

No homem, o fator central de sua identidade é a alma, que aproxima, agrupa, solidariza o estado passado e presente do “EU”. Por sua vez, nos povos, a identidade moral, social e cultural é garantida e se autentica pela sua alma histórica, que abraça o passado e o presente e caminha, preparando-os para o futuro.

Assim, ao resgatar a memória histórica das Alagoas, o que se faz é aproximar o passado do presente e mostrar a íntima relação entre ambos. Ao mesmo tempo, impede-se o nefasto esquecimento dos fatos históricos que marcaram a vida da gente alagoana, o que provocaria a perda de identidade deste povo.

Em 2017, Alagoas comemora uma singular efeméride: os 200 anos de sua emancipação política. Foi a 16 de setembro de 1817, que o então Príncipe Regente do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, D. João, assinou o decreto separando Alagoas de Pernambuco. Faz, exatamente, dois séculos (1817-2017).

Alguns autores asseveram que a emancipação política alagoana foi uma espécie de “castigo” a Pernambuco pela revolução de 1817 e um “prêmio” a Alagoas pela sua fidelidade à Coroa. Talvez esse fato tenha exercido realmente alguma influência no processo emancipacionista alagoano. No entanto, pelo teor do documento régio, o que

levou D. João a tomar essa decisão foi a prosperidade do território correspondente ao cone Sul da Capitania.

De fato, por ocasião da emancipação, contava Alagoas com 200 engenhos de açúcar; uma agricultura bastante diversificada, que incluía como principais produtos, além da cana-de-açúcar, o algodão, o fumo, a mandioca e cereais; uma pecuária intensiva, leiteira e de corte, sobretudo no Agreste, no Sertão e no baixo São Francisco; além de possuir uma próspera indústria de construção naval e civil.

Sob o ponto de vista sociopolítico, havia na então Comarca oito vilas: Penedo, Porto Calvo, Alagoas do Sul, Atalaia, Anadia, Poxim, Porto de Pedras e Maceió; e uma população estimada em cem mil habitantes.

Contudo, a proposta deste artigo é lançar um olhar retrospectivo diferenciado. Um olhar que alcance a grande maioria da população comum, mulheres e homens trabalhadores, gente simples e empobrecida, que insiste em sua luta cotidiana pela sobrevivência, “esperando contra toda a esperança” por dias melhores. Um olhar capaz de perceber a existência e a vida de alagoíndias e alagoíndios, de afroalagoanas e afroalagoanos, de escravas e escravos, de trabalhadoras e trabalhadores livres assalariados. Enfim, um olhar que contemple o verdadeiro rosto do povo sofrido e esquecido das Alagoas.

Afinal, o que a emancipação política representou para esta expressiva parcela da população? O que mudou em suas vidas, no seu dia a dia? Efetivamente, o que este fato histórico significou para o povo trabalhador alagoano? Tentar responder a estes questionamentos é o objetivo precípuo deste artigo.

Para atingir sua meta principal, este trabalho perscruta algumas obras clássicas da historiografia alagoana, como as de Thomaz Espíndola, Craveiro Costa, Moreno Brandão e Jayme de Altavila, fazendo uma revisão desta literatura referencial, bem como revisita fontes documentais imprescindíveis como as *Falas e relatórios provinciais do século XIX*, em busca de pistas, indícios e possíveis respostas.

O presente artigo pretende focar a vida do povo trabalhador e empobrecido das Alagoas, no recorte cronológico do século XIX, no período imediatamente posterior a emancipação política, até a década de 1880, quando foi implantado o regime republicano no país. Ele encontra-se dividido em três partes. Na primeira, trata a

respeito das precárias condições de habitação ou moradia da maior parte do povo trabalhador. A segunda parte mostra a situação concernente a higiene, saúde e estrutura sanitária. E, na terceira e última parte, aborda o grave problema da educação.

2. CONDIÇÕES HABITACIONAIS EM MACEIÓ NO SÉCULO XIX

A julgar pelas informações de Espíndola (2001), o povo trabalhador e empobrecido das Alagoas, no século XIX, habitava em moradias precárias e insalubres, que não ofereciam as mínimas condições de decência e dignidade humanas. Descrevendo a situação das habitações da população mais pobre da capital alagoana, ele assevera:

As habitações dos nossos indivíduos pobres, verdadeiras choupanas de palha, colocadas em derredor da cidade, apresentam o inconveniente não só de ser expostas aos incêndios, como também o de fornecer pouca luz, um ar úmido, e, segundo pensam alguns médicos, o de poder fornecer o desenvolvimento das febres intermitentes pela decomposição das palhas (ESPÍNDOLA, 2001, p. 147).

Alguns pontos dessa narrativa chamam bastante a atenção. Em primeiro lugar, o autor não menciona a palavra *casas*, mas *habitações*. Isso é bastante significativo, pois indica que as moradias dos empobrecidos não são dignas de serem denominadas de casas, mas, como reza o texto, são “verdadeiras choupanas de palha”. Segundo: o povo empobrecido e que vive do seu trabalho habita a periferia da cidade. Isso denota que, além da exclusão socioeconômica e política, havia mormente uma segregação espacial. O lugar dos pobres é, usando as próprias palavras do autor, “em derredor da cidade”, isto é, um lugar periférico ou secundário. E, finalmente, em terceiro lugar, a descrição evidencia que os empobrecidos vivem constantemente doentes ou adoecidos, em consequência de suas péssimas condições de vida, o que fica claro na expressão utilizada pelo autor: “febres intermitentes”.

Ainda segundo Espíndola (2001, p. 147),

As habitações da proximidade do canal da Ponta Grossa, da rua do dr. Sobral Pinto, do dr. Saraiva e da Cambona apresentam além disso a desvantagem de estar sujeitas à influência das emanções pantanosas. As mais antigas da cidade são construídas de taipa, muito baixas, mormente para a parte posterior.

Acrescente-se a isso que, por esta época (século XIX), as ruas da capital alagoana eram bastante tortuosas e, na sua maior parte, ainda não eram calçadas,

“tornando-se intransitáveis durante o inverno pelas enxurradas e lamaçais que se formavam em algumas delas” (ESPÍNDOLA, 2001, p. 150).

Ademais, de acordo com o mesmo Espíndola (2001), a Maceió do século XIX, não obstante ser a capital provincial, estava repleta de pobres choupanas cobertas de palha. No centro da cidade, as ruas eram todas sem calçamento, exceto a do Comércio, que era calçada com paralelepípedos e tinha 500 (quinhentas) choupanas de palha. No bairro portuário do Jaraguá, a única rua calçada de pedra bruta era a da Praia, “calçamento este que foi feito à custa dos proprietários do mesmo lugar”. Havia nesse bairro 162 (cento e sessenta e duas) habitações de palha.

Se tal ocorria nos bairros mais centrais da cidade, na periferia a situação era ainda mais precária. Em bairros como Trapiche, Pontal da Barra, Poço, Pajuçara e Ponta Grossa existiam verdadeiros agregados de cabanas cobertas de palha e habitadas por famílias de trabalhadores empobrecidos; eram pescadores, estivadores, feirantes, pequenos comerciantes, mascates, camelôs, carroceiros, carregadores e pequenos artesãos (ferreiros, carpinteiros, pedreiros etc.); afora – é claro – o considerável contingente de escravas e escravos, que habitavam no próprio local de trabalho.

Destarte, convém ressaltar que o autor da *Geografia alagoana* produziu o seu texto há mais de 40 (quarenta) anos após o fato da emancipação política das Alagoas. Mesmo assim, passadas quatro décadas, a situação das camadas sociais precarizadas, no que diz respeito à moradia, permanecia inalterada, indicando que a autonomia política não foi acompanhada da necessária emancipação social.

Além disso, tudo o que foi apresentado aqui no nível da capital pode ser transposto igualmente ao nível provincial. Efetivamente, durante o século XIX, imediatamente após a emancipação, a parcela maior da população alagoana, constituída por trabalhadores empobrecidos, mulheres e homens, às vezes, escravas e escravos, vivia em condições habitacionais degradantes e até subumanas.

3. SITUAÇÃO SANITÁRIA, HIGIENE E SAÚDE

No século XIX, eram extremamente precárias as condições sanitárias, de saúde e de higiene da então Província das Alagoas. A grande maioria da população era constituída por escravas e escravos, trabalhadoras e trabalhadores assalariados

empobrecidos, bem como por desempregados e indigentes em geral, que viviam a mercê da caridade alheia, muitas vezes mendigando pelas ruas e logradouros públicos.

Essa considerável parcela do povo alagoano estava impossibilitada de obter, em caso de doença, o serviço de médicos competentes ou assistência hospitalar adequada. Em primeiro lugar, pela exiguidade numérica de profissionais da saúde existentes na Província e a inexistência de hospitais ou enfermarias para internação e tratamento; em segundo lugar, porque os poucos médicos existentes – salvo raras exceções – exigiam pagamentos elevados e os pobres não dispunham de recursos materiais para pagar. Em consequência disso, o povo empobrecido nada podia fazer, senão, forçado pelas circunstâncias, recorrer a benzedores, rezadeiras, curandeiras ou a remédios caseiros baratos, geralmente preparados à base de ervas e raízes – as chamadas “garrafadas”.

Por esta época, as ruas de Maceió apresentavam, bem no seu meio, um rego por onde corria o esgoto a céu aberto. Era comum manter grandes potes de barro, quase sempre no quintal das casas, onde se depositavam os dejetos, gerando uma enorme fedentina. Na capital alagoana, de manhãzinha, bem cedinho, antes do sol nascer, era costume tais dejetos (fezes e urina) serem jogados no mar, provocando uma onda de odores desagradáveis. Esse serviço era prestado por escravos conhecidos como “*tigres*”.

O clima, a ausência de saneamento básico e de instalações sanitárias adequadas, a falta de higiene e o modo de vida das pessoas favoreciam a proliferação de doenças. Eram muitas as enfermidades e quase nenhuma a assistência médico-hospitalar e farmacêutica. Segundo a documentação existente sobre este período, os principais males que afligiam o povo alagoano eram: febre amarela, febre tifóide, varíola (popularmente conhecida como bexiga), bronquites, anemia e tuberculose. Além destas doenças, também eram comuns, em toda a Província, as moléstias venéreas (doenças sexualmente transmissíveis), principalmente a sífilis.

Para os estudiosos daquele tempo, doenças como a febre amarela e o tifo eram causadas pelo estado de insalubridade das habitações: mau arejamento, umidade e falta de limpeza. Os casos de bronquites passageiras eram provocados pela escassez das chuvas e pelas ligeiras variações atmosféricas. Já a anemia, via de regra, era fruto de insuficiência alimentar, provocada pelas péssimas condições de vida da maior parte da população, que se apresentava, quase sempre, subnutrida ou mesmo totalmente desnutrida.

Um olhar mais atento sobre as *Falas e relatórios provinciais*, fonte primária e imprescindível de pesquisa do século XIX, embora sendo documentos oficiais do governo da Província, pode propiciar um quadro histórico bastante fiel da realidade vivida pelo povo alagoano. Por exemplo, de acordo com a *Fala* do Presidente provincial José Antônio Saraiva (1854), a febre amarela “causou grandes estragos em nossa Província desde 1850”. Uma epidemia de varíola (bexiga) foi detectada na Vila do Passo do Camaragibe, onde se criou um hospital provisório para receber e tratar convenientemente os doentes. Como medida paliativa, o governo da Província incetou uma campanha de vacinação contra varíola (Arquivo do IHGAL: E – AL 1, P – 1, L – 40).

Conforme o *Relatório* do Vice-Presidente da Província, Roberto Calheiros (1856), foram registrados, em Santa Luzia do Norte, alguns casos de morte provocados por uma “certa febre de mau caráter”. Enviado para aquela cidade, o médico Joaquim Telésforo Lopes Vianna diagnosticou febre tifoide. O referido médico permaneceu por quatro meses naquele Município, prestando assistência à população carente, até o mal ser debelado (Arquivo do IHGAL: E – AL 1, P – 1, L – 41).

Ainda segundo o mesmo *Relatório*, em face da ameaça de uma epidemia de cólera-morbus, o governo da Província tomou medidas sanitárias preventivas, a fim de evitar o ingresso e o desenvolvimento deste flagelo no território alagoano, tais como: remoção dos lixos, dos monturos e das matérias corrompidas. Foram também formadas duas comissões: a primeira ficou encarregada da higiene pública e a segunda foi a comissão de abastecimento de víveres, cuja finalidade era fazer a inspeção nos gêneros alimentícios. Em Penedo, por causa de suas relações com a Bahia pelo rio de São Francisco, foi constituída uma comissão de asseio e limpeza da cidade (Arquivo do IHGAL: E – AL 1, P – 1, L – 41).

Entretanto, apesar de todas essas precauções tomadas pelos governantes provinciais, a epidemia de cólera atingiu fortemente Alagoas, e foi grande a mortandade em toda a Província.

Além da ausência de saneamento básico, outro gravíssimo problema nesta área era a falta de tratamento das águas usadas pela população, sobretudo os empobrecidos. Acerca disso, Espíndola (2001) fornece um relato bastante claro sobre a utilização, na

capital alagoana, de águas de baixa qualidade e até mesmo “nocivas” à saúde. Afirma ele:

Sabe-se perfeitamente que a povoação de Maceió serve-se das cacimbas do Poço, da Cambona e dos arredores do canal da Ponta Grossa, dos rios Bebedouro e Fernão Velho. Pois bem; de todas estas águas a melhor é a do Fernão Velho, segue-se a do Bebedouro, todas as demais são nocivas. Sabe-se perfeitamente que pelas distâncias só a alta classe se serve d’água do Fernão Velho e do Bebedouro, a classe média d’água da Cambona mediante a contribuição de dez réis por um pote, mandando-a buscar por pessoa sua, e que a classe baixa bebe a do Poço e dos arredores do canal da Ponta Grossa (ESPÍNDOLA, 2001, p. 146).

Como se pode notar, a qualidade da água consumida pela maioria do povo pobre e trabalhador era péssima e “nociva” à saúde. Somente uma minoria mais abastada da população maceioense, que podia pagar o transporte d’água em carroças do Fernão Velho e do Bebedouro, considerados, à época, locais mais afastados, é que se servia de água potável própria ao consumo humano. Isso explica, pelo menos em parte, um dos fatores do adoecimento das camadas mais precarizadas e empobrecidas da população.

Ao ocaso do período imperial brasileiro, às vésperas da derrubada da monarquia e da implantação do regime republicano, a situação nas Alagoas não havia ainda mudado e os velhos problemas persistiam. Em 1884, o Presidente Henrique de Magalhães Sales, na sua *Fala*, afirmava que o estado sanitário da Província era precário. A capital carecia de um serviço de saneamento, o que reclamava sérios cuidados dos poderes públicos. Nas ocasiões de mudança de temperatura predominavam as moléstias do aparelho respiratório e da digestão, acompanhadas de febres palustres. Uma das causas da insalubridade da capital era o canal da Levada. Muito concorriam também para prejudicar a salubridade de Maceió o despejo de águas servidas, a falta de pronto escoamento das águas pluviais e sobras dos chafarizes nas ruas e os depósitos de materiais fecais nos fundos das casas. Na opinião do Presidente, o estabelecimento de um sistema regular de esgotos, no interesse da higiene pública, colocaria a cidade em condições aceitáveis de salubridade (Arquivo do IHGAL: E – AL 1, P – 1, L – 41).

Por fim, no ano de 1887, o Presidente Moreira Alves transmitia à Assembleia Provincial as principais necessidades da capital. Entre elas destacava-se a “limpeza e conservação geral de todas as sarjetas, com as quais a Província despendeu não pequena quantia, pois se achavam obstruídas” (CRAVEIRO COSTA, 1939, p. 173).

Em suma, pode-se dizer que, neste período final do século XIX, continuava lastimável a situação sanitária, de higiene e saúde pública na cidade de Maceió, como de resto em toda Alagoas.

4. EDUCAÇÃO

A instrução pública como iniciativa do Estado tardou bastante a chegar ao território alagoano. Somente após mais de um século da fundação da escola dos jesuítas no Porto Real do Colégio e oitenta anos depois que os franciscanos começaram a lecionar gramática nos conventos do Penedo e das Alagoas do Sul, foi instituído, timidamente, o ensino público na gleba alagoana, a 29 de setembro de 1799, com a nomeação de José Vitorino da Rocha para ocupar a cadeira de professor régio de primeiras letras da Vila das Alagoas do Sul (Marechal Deodoro), cargo equivalente ao de professor de alfabetização e ensino primário.

Segundo Craveiro Costa (2011, p. 31), por ocasião da chegada de D. João VI e da implantação da corte portuguesa no Rio de Janeiro, em 1808, em todo território alagoano somente existiam duas escolas oficiais de primeiras letras, uma em Alagoas do Sul e outra em Santa Luzia do Norte, bem como uma cadeira de latim também na sede da Comarca.

Para indicar a deficiência e o tamanho atraso da educação nas Alagoas, no alvorecer do século XIX, o mesmo autor assevera que, em 1817, na época da emancipação política, quando Alagoas se torna Capitania independente, separada de Pernambuco, contava apenas com três detentores de diploma de curso superior, sendo dois formados em Direito e um em Medicina (CRAVEIRO COSTA, 1928, p. 131).

Quanto ao ensino secundário, a negligência e a letargia foram ainda maiores. Apenas em 1821, quando Alagoas já houvera conquistado a sua emancipação política (1817), foi instituído o ensino secundário, de maneira incipiente e dispersa, com aulas de filosofia e geometria, na velha capital, Alagoas do Sul, atual município de Marechal Deodoro.

Brandão (1909, p. 76) observa que, na década de 1840, ao iniciar o segundo reinado, decorridos mais de dois decênios da emancipação política, Alagoas continuava em “um estado lastimoso de atraso e descultura”.

Enfim, convém registrar que, somente durante o governo de D. Pedro II, foi fundado o primeiro colégio público regular de nível secundário nas Alagoas. Trata-se do Lyceu Alagoano, estabelecido em Maceió, a nova capital da então Província, através da lei nº 106, sancionada pelo Presidente Provincial, Antônio Nunes de Aguiar, em 5 de maio de 1849.

Quanto ao ensino profissional (ou profissionalizante), houve uma tentativa de implementação com a criação do Colégio de Educandos Artífices, em 1854. Essa escola funcionava em regime de internato para crianças pobres, denominadas à época de órfãos desvalidos. “Os alunos desse estabelecimento, além do curso de primeiras letras, aprendiam as artes de alfaiate e sapateiro. Havia também o ensino de música vocal e instrumental” (CRAVEIRO COSTA, 2011, p. 69).

Mas, em 1857, contando com 27 (vinte e sete) alunos residentes, este educandário foi considerado pelo governo provincial de “utilidade muito circunscrita”, além de “dispendioso” para os cofres públicos. Então, conforme Craveiro Costa (2011), o Presidente Sá e Albuquerque propôs à Assembleia Legislativa a transformação deste estabelecimento de ensino em Colégio de Educandos Agrícolas, o que, segundo ele, seria mais “benéfico e econômico” para a Província.

Esta escola agrícola, na visão do gestor provincial, teria como seu objetivo primordial formar profissionais para atender ao setor agropecuário alagoano. Porém, “a boa vontade de Sá e Albuquerque não encontrou acolhida simpática no poder legislativo regional” (CRAVEIRO COSTA, 2011, p. 69). E, no ano de 1861, o colégio foi extinto, pela Lei nº 371, de 5 de julho. Tal fato evidencia que a implantação de uma educação profissionalizante para formar técnicos em agropecuária, mesmo que incipiente, contrariava os interesses da classe dominante local, que defendia um modelo econômico agroexportador, baseado no latifúndio e no trabalho escravo.

Já o ensino normal para a formação de professores das escolas públicas primárias só foi regulamentado em 1869, quando passou a funcionar anexo ao Lyceu Alagoano. O curso de formação de professores era ministrado em dois anos. “Os professores eram os mesmos do Lyceu. Os alunos faziam uma prática, no segundo ano, em uma das escolas públicas da capital” (CRAVEIRO COSTA, 2011, p. 62).

Lamentavelmente, na transição do regime monárquico para o republicano, em 1889, tanto a educação profissional quanto o curso normal ofertados no solo alagoano

apresentavam-se falhos e deficientes. O ensino profissional e o normal estavam restritos a apenas uma escola cada um. O primeiro era ministrado no Lyceu de Artes e Ofícios com cursos noturnos de topografia, encadernação, marcenaria e alfaiataria; contava com 637 alunos matriculados, em 1888. Enquanto o segundo permanecia funcionando anexo ao Lyceu Alagoano e tinha 58 alunos matriculados naquele mesmo ano.

Para Verçosa (2006, p. 110), esses dados quantitativos revelam como o magistério exercia pouco atrativo sobre a juventude alagoana. E, apesar de ser uma escola destinada tradicionalmente “às camadas mais pobres da população e treinasse para os ofícios manuais”, o Lyceu de Artes e Ofícios “parecia preparar para misteres mais bem remunerados do que o de ensinar às crianças das Alagoas”.

No entanto, uma enorme parcela de crianças e jovens alagoanos em idade escolar não conseguia acesso à educação pública. Conforme os dados registrados por Craveiro Costa (2011), para uma população escolar de 50.000 indivíduos, em 1867, apenas 5.234 eram alunos regularmente matriculados na rede pública. E, em 1889, no ocaso do regime imperial, existiam tão somente 6.458 estudantes nas escolas oficiais do governo, para uma demanda escolar de 120.000 indivíduos. Por essa razão, no território alagoano, assevera o autor, “a república encontrou analfabeta a grande massa proletária; analfabeta e sem educação profissional” (CRAVEIRO COSTA, 2011, p. 46).

Dessa forma, como se pode notar pelos dados aqui registrados, também no setor educacional a emancipação política não alterou a situação lamentável do povo empobrecido das Alagoas. A instrução pública na Província alagoana era ineficiente e o número de vagas ofertadas absolutamente insuficiente para atender a enorme demanda. Isso acarretava como principal consequência a exclusão da grande maioria da população em idade escolar, notadamente crianças e jovens oriundos das camadas mais empobrecidas do povo trabalhador.

5. CONCLUSÃO

Ao término deste trabalho, algumas considerações se fazem necessárias. Primeiramente, convém recordar que o objetivo central deste artigo seria lançar um olhar retrospectivo diferenciado, a fim de tentar descobrir se, de fato, a emancipação política representou alguma mudança ou melhoria na vida corriqueira da gente simples das Alagoas, ou seja, se o povo trabalhador alagoano experimentou alguma modificação

efetiva no seu “*modus vivendi*”, isto é, se houve, realmente, uma emancipação social, além da política.

Para tanto, a temática foi problematizada por meio de alguns questionamentos, tais como: o que a emancipação política representou para a expressiva parcela da população trabalhadora e empobrecida? O que mudou em suas vidas, no seu dia a dia? Efetivamente, o que este fato histórico significou para o povo trabalhador alagoano?

Tentando buscar respostas para essas questões, foram compulsadas algumas fontes bibliográficas e documentais imprescindíveis, que tratam a respeito das Alagoas no século XIX. E, através dessa revisão de literatura e releitura documental, foram reveladas diversas mazelas sociais, sobretudo nas áreas de habitação, condições sanitárias, higiene, saúde e educação.

Os dados compilados neste artigo revelaram que a emancipação política alagoana, em 1817, não significou uma virada social na vida da grande maioria da população, constituída por mulheres e homens trabalhadores empobrecidos, sendo algumas e alguns ainda escravas e escravos. Efetivamente, para esse povo simples nada mudou em seu cotidiano sofrido, a partir do fato da emancipação política.

Então, tudo leva a crer que o movimento emancipacionista alagoano, que empolgou a elite local, não passou de um projeto político conservador, totalmente forjado por senhores de engenho e grandes comerciantes, inclusive reinóis. Na verdade, o “novo regime”, iniciado em 16 de setembro de 1817, com o decreto de D. João, formou-se a partir de uma aliança entre a velha aristocracia rural (açucarocracia) e os setores comerciais emergentes, sem jamais estender sua mão para as camadas populares e oprimidas, que não suportavam mais tanta exploração.

Assim, deve-se concluir que a emancipação política das Alagoas não representou uma mudança substancial na existência corriqueira do povo trabalhador e empobrecido. À gente alagoana simples e comum, cujos nomes não são preservados pela memória da historiografia oficial, só restou a alternativa da luta contra as estruturas geradoras do seu empobrecimento e da sua miséria, isto é, a luta por uma emancipação social.

REFERÊNCIAS

ALTAVILA, Jayme de. **História da civilização das Alagoas**. 7. ed. Maceió: EDUFAL, 1978.

Arquivo do IHGAL (Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas). **Falas e relatórios provinciais**. Maceió: 1835-1889.

BRANDÃO, Moreno. **História de Alagoas**. Penedo (Al): Artes Graphics Typ. E Pautação, 1909.

CRAVEIRO COSTA, João. **História das Alagoas**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1928.

_____. **Instrução pública e instituições culturais de Alagoas & outros ensaios**. In: **Coleção Nordestina, v. 74**. Maceió: EDUFAL, 2011.

ESPÍNDOLA, Thomaz. **Geografia alagoana ou descrição física, política e histórica da Província das Alagoas**. Maceió: Edições Catavento, 2001.

LE GOFF, Jacques. **As raízes medievais da Europa**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

QUEIROZ, Álvaro. **Episódios da história das Alagoas**. 4. ed. Maceió: CBA editora, 2017.

_____. **História de um hospital de caridade: Santa Casa de Maceió – 150 anos**. Maceió: Edições Catavento, 2001.

VERÇOSA, Élcio de Gusmão. **História do ensino superior em Alagoas: verso & reverso**. Maceió: EDUFAL, 1997.

_____. **Cultura e educação nas Alagoas: história, histórias**. 4. ed. Maceió: EDUFAL, 2006.

WOOLF, Daniel. **Uma história global da história**. Petrópolis: Vozes, 2014.